2.0

C



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo

10665.000430/96-69

Acórdão

203-05.499

Sessão

19 de maio de 1999

Recurso

107.861

Recorrente

SUPERMERCADO BAHAMAS LTDA.

Recorrida: :

DRJ em Belo Horizonte - MG

IPI – RESPONSBILIDADE DO ADQUIRENTE – Cabível a multa prevista no art. 368, do RIPI/82, se o comerciante adquirente não verifica a falta de lançamento do IPI, referente a aquisição tributada, pela responsabilidade prevista no art. 173. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: SUPERMERCADO BAHAMAS LTDA.

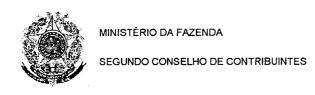
ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1999

Otacílio Dantas Cartaxo Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Lina Maria Vieira e Sebastião Borges Taquary.

Eaal/fclb



Processo: 10665.000430/96-69

Acórdão : 203-05.499

Recurso : 107.861

Recorrente: SUPERMERCADO BAHAMAS LTDA.

RELATÓRIO

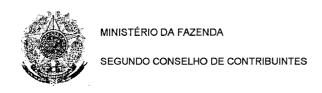
O contribuinte em epígrafe foi autuado (fls. 01 a 03) por ter adquirido, durante o ano de 1994, AÇÚCAR CRISTAL da marca RIBERÇUCAR, industrializado pela empresa RIBERÇUCAR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CGC sob o nº 42.932.566/0001-00, acobertado pelas Notas Fiscais relacionadas às fls. 04 e anexas às fls. 05/34, sem observar as exigências contidas no art. 173 do RIPI/82, no que se refere ao lançamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, deixando de fazer a comunicação de tal irregularidade por carta à remetente dos produtos, prevista no mesmo artigo, sujeitando-se, portanto, à mesma penalidade a ela cominada, conforme artigos 368 e 364, inciso II do RIPI/82. O crédito tributário decorrente da aplicação da multa regulamentar resultou no montante de R\$49.407,42 (quarenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e dois centavos) e o lançamento de oficio contra a empresa industrial remetente dos produtos sem destaque do imposto se deu por meio do Auto de Infração, cuja cópia foi anexa às fls. 35/37.

Inconformada, a autuada impugnou o feito fiscal (fls. 42 a 46), alegando que não é justo que se cobre dos adquirentes penalidades por culpa de outrem, já que adquiriu os produtos de forma regular e que não obteve nenhuma vantagem fiscal em decorrência da falha cometida pela indústria. Alega, também, que houve cerceamento do direito de defesa quando a Delegacia da Receita Federal em Juiz de Fora recusou-se a fornecer cópia do Auto de Infração lavrado contra a indústria, em razão do sigilo fiscal.

Argumentou que constitui premissa básica para o lançamento da multa contra os comerciantes o trânsito em julgado do processo lavrado sobre a indústria vendedora, conforme jurisprudência emanada pelos Tribunais e pelo próprio Conselho de Contribuintes, como se constata no Acórdão nº 202-06.918, cuja ementa transcreve.

Tendo em vista as alegações de cerceamento do direito de defesa, a DRJ/Belo Horizonte retornou o processo ao órgão de origem, para ciência à autuada do Auto de Infração lavrado contra a indústria remetente dos produtos em questão e conseqüente reabertura do prazo legal para apresentação de novas razões de defesa (art. 15 do Decreto nº 70.235/72, com as alterações da Lei nº 8.748/93). A impugnante, apresentando nova Impugnação às fls. 58 a 62, reiterou os fundamentos aduzidos anteriormente na peça impugnatória apresentada e registrou que o Auto de Infração tido como lavrado contra a indústria remetente não possui a ciência do





Processo:

10665.000430/96-69

Acórdão

203-05.499

respectivo autuado, fato que constitui requisito essencial para a validade daquele lançamento, o qual descumpriu os princípios da legalidade, oficialidade e imparcialidade.

O julgador singular, em sua Decisão às fls. 69 a 75, julgou procedente a ação fiscal, observando que cópia da ação fiscal contra a remetente dos produtos foi enviada ao reclamante com objetivo de suprir a alegada falha, que o respectivo processo fiscal esteve à sua disposição na repartição referente ao seu domicílio fiscal, constando no mesmo que o Auto de Infração lavrado (Processo nº 10665.000446/96-07) foi regularmente cientificado, via postal, ao industrial autuado, a despeito da reclamante alegar que desconhece tal fato.

Refutou as alegações de que o lançamento junto à remetente não transitou em julgado, visto que a mesma não cumpriu nem impugnou a exigência, estando o referido processo em cobrança executiva, conforme Documento às fls. 50, e concluiu que a pena foi, dessa forma, aplicada àquela remetente. Concluiu que o acórdão citado pela defendente para embasar suas alegações restringe-se, tão-somente, aos fatos nele descritos e às partes integrantes, nada favorecendo a reclamante, visto que decisões do Conselho de Contribuintes não constituem normas complementares da legislação tributária, porquanto não existe lei que lhes confira efetividade de caráter normativo, conforme esclarece o Parecer Normativo CST nº 390/71.

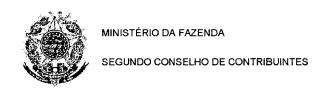
Ao final, reduziu a multa aplicada para setenta e cinco porcento, face a superveniência do art. 44, inciso I da Lei nº 9.430/96, conforme entendimento expendido através do Ato Declaratório Normativo COSIT nº 001/97.

A defendente, inconformada com a decisão de primeira instância, interpõe recurso tempestivo a este Segundo Conselho (fls. 79 a 84), no qual requer, preliminarmente, a nulidade da referida decisão, por essa não ter se manifestado acerca da inexistência de ciência, por parte da empresa remetente dos produtos, ao Auto de Infração sobre ela lavrado, carecendo a autuação recorrida, portanto, de requisito essencial para sua validade. Destarte, não pode prosperar o presente processo.

Alega que a autoridade julgadora *a quo* ignorou os princípios da legalidade, oficialidade e imparcialidade e ampara-se no teor do Acórdão nº 104-13.903, cujo texto transcreve. Conclui sustentando que o lançamento contra a recorrente apenas poderia se dar com o trânsito em julgado do processo administrativo contra a industrial remetente, o que não ocorreu, e pede a anulação do lançamento em lide.

É o relatório.





Processo

10665.000430/96-69

Acórdão

203-05,499

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Preliminarmente, vejo que autuação está efetuada de acordo com os requisitos do Decreto nº 70.235/72, e, portanto refuto a alegação de nulidade, suscitada pela recorrente.

Na análise dos autos verifica-se que a empresa Supermercado Bahamas Ltda. foi autuada pelo recebimento de mercadorias da empresa RIBERÇUCAR Indústria e Comércio Ltda., sem o lançamento do IPI devido.

Sustenta, no recurso, que o lançamento em lide só poderia ser efetuado após o trânsito em julgado do processo administrativo contra o industrial remetente, ou seja RIBERÇUCAR Indústria e Comércio Ltda.

A empresa Supermercado Bahamas Ltda. adquiriu açúcar cristal recondicionado, tributado pelo IPI à alíquota de 18%, sem o lançamento do tributo nas Notas Fiscais de fls. 04/34.

Segundo o artigo 173, do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82, o comprador, ao receber produto acompanhado de uma nota fiscal sem o devido lançamento, está obrigado a comunicar a irregularidade observada ao fornecedor, no prazo legal, para eximir-se da responsabilidade do fato.

Dessa forma, verificado que o procedimento acima não foi efetuado, cabe ao adquirente a penalidade prevista no inciso II, do art. 364 do RIPI/82, como determina o art. 368, do mesmo regulamento, pelo simples descumprimento de obrigação tributária acessória.

Esta Câmara tem entendido que a autuação do recebedor/adquirente independe da autuação do remetente/vendedor. Enquanto a primeira se dá pelo descumprimento de obrigação tributária acessória, a outra se funda pela falta de recolhimento do tributo.

Assim, sendo, concluo que a decisão monocrática não merece reforma e voto no sentido de se negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 19-de maio de 1999

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO